

A crítica
12/5/98 A5
192

Índios reivindicam educação diferenciada

Ontem, na abertura do seminário sobre educação indígena, lideranças pediram o uso de material escolar voltado para a realidade das aldeias

As lideranças indígenas participantes do 1º Seminário de Educação Escolar Indígena defenderam ontem uma educação diferenciada com material escolar voltado para a realidade das aldeias, ensino bilingüe e autonomia para decidir suas questões sem intermediários. O evento teve abertura às 18h, no Centro no Centro de Treinamento Padre Anchieta, no Japiim II (Zona Sul), e será encerrado amanhã com a criação do Conselho Interinstitucional de Educação Escolar Indígena no estado (ver matéria).

Segundo o líder indígena Marcos Terena, 40, coordenador de Defesa dos Direitos Indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai), os índios brasileiros, especialmente no Amazonas, têm assumido um novo papel social que inclui a defesa intransigente dos direitos constitucionais como a educação, saúde e a demarcação das terras, sem perder a identidade cultural.

Como um dos fundadores do primeiro movimento indígena do Brasil, a União das Nações Indígenas (UNI), em 1977, Terena é taxativo quanto ao novo papel dos índios: "Ele não pode ter papel decorativo, tem que ter direito de falar e ser ouvido". Quanto ao papel das Organizações Não-Governamentais (ONGs), Terena diz que não pode mais ser o de tomar a voz dos índios, como aconteceu durante décadas. "Elas têm que ser parceiras, prestar assessoria, mas quem fala são as nossas lideranças".

Para Marcos Terena, o sonho maior dos índios é ter autonomia para defender seus direitos. "Nesse ano eleitoral, por exemplo, não queremos candidatos com programa pronto para os índios, mas

dizer o que deve estar nestes programas", completa.

Relação de parceria - Quanto à relação governo versus índios, o líder diz que deve ser como os rios Negro e Solimões. "Um ao lado do outro, como parceiros, sem se misturar ou interferir um no outro". Como exemplo, ele cita a realização do seminário, que reúne representantes de dezenas de povos indígenas. "Nós não teríamos recursos para fazer este encontro, mas com a ajuda do governo podemos fazer".

Ao contabilizar atualmente a existência de 215 povos - com 330 mil pessoas - falando 180 línguas, Terena lembra que há 500 anos, quando o País foi descoberto, eram cerca de 900 povos, com cinco milhões de pessoas. "O extermínio de muitos deu-se porque eles foram privados dos direitos mínimos. Nós ficávamos isolados, sob a justificativa da proteção, e isso representou a morte para muitas aldeias", afirma.

Agora, o momento é outro, assegura Marcos Terena, explicando a importância do debate sobre a criação do Conselho Estadual de Educação Indígena no Amazonas, que será desenvolvido neste seminário. "É uma oportunidade importante para reafirmar as posições das lideranças que já são conhecidas".

Para Marcos Terena, não há ódio ou ressentimento pelo extermínio dos povos indígenas, mas sim a consciência de que eles não podem repetir os erros de antes e nem imitar os brancos. "Por isso queremos uma educação diferenciada, com a preservação do nosso patrimônio e a ocupação do nosso espaço na sociedade, com autonomia de dizer o que queremos e precisamos".



Índios muras, do município de Autazes, ensaiaram ontem um ritual de dança para apresentar durante o seminário sobre educação



Líder Marcos Terena: "Índio não pode ter papel decorativo"

Antropólogo avalia discussão

A reunião de cerca de 400 indígenas representando 31 etnias para discutir a criação do Conselho Interinstitucional de Educação Escolar Indígena no Amazonas é um fato histórico, na avaliação do antropólogo e professor da Universidade do Amazonas, Ademir Ramos. "Com isso, a educação indígena vai se tornar um assunto de política pública, não mais ação de igreja ou de grupos", afirma o professor.

Ademir atribui ao trabalho de formação das lideranças indígenas feito pelas organizações sociais civis a atual postura dos índios, de

sentar com o governo do estado e estabelecer uma parceria para a formulação da política educacional indígena. "É um fenômeno que vem como resultado de todo um trabalho que foi realizado há muitos anos", justifica.

O professor lembra que desde a década de 70 não havia uma reunião com tamanha participação indígena, mas ele assegura que a razão do evento justifica a sua dimensão. "Vai-se criar o conselho, o órgão que vai discutir e terá poderes para definir as bases da educação indígena", argumenta.

Minoria possui nível superior

A necessidade de mais professores indígenas, especialmente com formação superior, é a preocupação da secretária executiva da Comissão de Educação Indígena de Mato Grosso (Cuiabá), Francisca Pareci, 37. Ela é uma das debatedoras do 1º Seminário de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas. "Temos cerca de 1% dos 700 professores indígenas do Mato Grosso com nível superior", afirma, acrescentando que "essa realidade é comum em todo o País".

No Amazonas, onde existem 735 professores indígenas para 15 mil alunos, a situação não é diferente, diz o presidente da Comissão dos Professores Indígenas do Amazonas, Acre e Roraima (Copiar), Gilberto dos Santos Pereira, 37. "Nossa luta é para que os índios tenham acesso à universidade, como determina a lei", assegura.

Formada em História pela Uni-

versidade de Mato Grosso e há mais de 20 anos trabalhando na área educacional, Francisca vai trazer para o debate a experiência do Conselho Estadual de Educação Indígena do seu estado. "Temos representantes de várias etnias, com instituições públicas ligadas à educação que têm poder de decisão".

Francisca cita o Projeto Tucum, destinado à formação de professores em magistério no seu estado e defende a implantação de "outro voltado para a formação superior. "Estamos discutindo esse aspecto, que está na Constituição, mas que precisa se tornar prático".

A secretária também defende a relação direta entre as instituições públicas de educação e as lideranças indígenas sem a intervenção das ONGs. "OS 500 anos devem representar a nossa emancipação. Nós, os povos indígenas, sabemos o que queremos", completou.

Evento vai ter três palestras

A conferência inicial hoje do 1º Seminário de Educação Escolar Indígena, às 9h, terá como tema a "Proposta de educação escolar indígena do estado", e será ministrada pela professora Francisca Matos, do Instituto de Educação Rural do Amazonas (IER-AM).

A segunda palestra de hoje, às 9h30, é sobre "Professores indígenas: a especificidade da educação escolar indígena" e será dada pelo professor Gerson Baniwa e coordenada por Gilvan Muller de Oliveira. Como debatedores estarão Marcos Terena, Francisca Pareci, Zeneide Sarmiento Pereira Macuxi (RR) e Auricélio Shaninawa (AC).

As 10h45 haverá relatos de experiências com professores indígenas, seguido por grupos de trabalho para receber propostas para a elaboração do regimento do conselho interinstitucional.

Amanhã, a terceira palestra será sobre "Escola indígena: em que consiste a diferença?", feita pela conferencista Marineusa Gazzeta. A coordenação é do professor da Uni-

versidade do Amazonas Ademir Ramos, com os debatedores Nieta Lindenberg Monte, Jadir Neves Macuxi e Megaron Txucarramãe, havendo depois grupos de trabalho.

As 18h vai acontecer no Centro Cultural Palácio Rio Negro o lançamento do livro "Sateré-Maué" e às 20h, no Teatro Amazonas, um concerto da Orquestra Amazonas Filarmônica, apresentação da Festa da Moça Nova, Dança da Tucandeira e Mãe-Mãe, um ritual indígena mura e outro dos tikuna.

Na quinta-feira, o evento começa com uma mesa redonda com a temática "Educação escolar indígena enquanto políticas públicas: situação e perspectivas", que será apresentada por Luiz Donisete Benzi, do Ministério da Educação.

Durante o encerramento, na quinta-feira, o governador Amazonino Mendes irá assinar um decreto criando o Conselho Interinstitucional de Educação Escolar Indígena, órgão que vai estabelecer as regras para a política educacional indígena.

Fotos: Antônio Menezes